

Cidadania, Democracia e Construção Europeia

Pedro Carlos Bacelar de Vasconcelos

Escola de Direito, Universidade do Minho

“Estado” da Situação

Os “fundos de pensões e reforma” que protegem do infortúnio e acautelam a velhice de um número crescente de cidadãos em todo o mundo integram, hoje, o sector mais desregulado e atractivo do mercado financeiro mundial... Não há, talvez, melhor metáfora para traduzir a incerteza difusa e o sentimento agudo da contingência do destino individual característicos de um tempo em que os estados parecem dispostos a abandonar dimensões sociais que ainda recentemente assumiam como próprias e se resignam às lógicas da deslocalização e da imigração clandestina, aos argumentos da competitividade e da maximização do lucro, à fatalidade do desemprego, à maldição da pobreza e ao império da economia. Se além desta, acrescentarmos a saúde, com imprevisíveis surtos epidémicos, mais o ambiente, com mutações climáticas incontroláveis, completamos o quadro de uma crise há muito anunciada: o papel do Estado na sociedade global.

Renascida do Holocausto, sobre as cinzas de duas guerras mundiais, a Europa promoveu ao longo dos últimos cinquenta anos a exemplaridade de um modelo de integração regional capaz de transformar a rivalidade hostil e o exclusivismo atávico num processo inédito de partilha voluntária da soberania estadual. Neste sentido, três projectos inaugurais assinalaram a entrada da Europa no terceiro milénio: a Carta dos Direitos, o Tratado Constitucional e o alargamento transcontinental. É ainda o destino incerto destes projectos que a Europa agora discute. E no cerne da questão está um desafio identitário e um problema antigo; a democracia.

Democracia

A democracia foi até hoje um “privilegio” dos estados. Apenas floresceu em espaços circunscritos, à sombra do império da lei, com a administração e a justiça separadas, no quadro de instituições representativas regularmente sujeitas a legitimação popular. Inevitavelmente, um défice de legitimidade acabaria por afectar o exercício em comum de funções cada vez mais vastas, partilhadas pelos eleitos mas subtraídas ao escrutínio dos seus eleitores. Mas se a missão é complexa e de alto risco, as alternativas serão devastadoras, sem uma política externa e de defesa comum, sem o reforço da cooperação na justiça e na segurança,

Nisto se pode resumir a urgência do regresso a um debate conclusivo sobre o tratado constitucional, com este ou qualquer outro nome. Porque a construção política europeia é crucial no processo de reestruturação da comunidade mundial e uma experiência exemplar para o estímulo e desenvolvimento dos espaços de integração supra-nacionais emergentes. A Europa tem que existir “globalmente”, porque o mundo precisa dela e ela não sobrevive sem um desígnio.

Cidadania

Não é possível construir uma comunidade política democrática sem cidadãos. É por isso indispensável melhorar o quadro de garantias dos direitos dos cidadãos europeus de forma adequada a uma dimensão territorial expansiva, a um pluralismo cultural cada vez mais largo e profundo, aos poderes reforçados das instituições comuns. Mas a cidadania europeia não é uma tábua rasa. A Europa tem sido o mais sofisticado laboratório da construção de uma consciência cívica que foi capaz de transpor as mais irredutíveis fronteiras geográficas, políticas, económicas e culturais de toda a história. Naturalmente, os obstáculos ao progresso das reformas institucionais da União não podiam ser superados no quadro tradicional das conferências inter-governamentais. E numa fase em que a correcção do défice democrático inevitavelmente acarreta a redução da influência dos Estados, não resta outra saída para fugir ao consequente défice de legitimidade, senão envolver a sociedade civil e as suas organizações, democratizando os métodos. As “Convenções” para a Carta dos Direitos Fundamentais e para o Tratado Constitucional demonstraram a possibilidade de alcançar entendimentos comuns sobre os valores fundacionais da

União, aceitando a confrontação aberta de ideias e a participação alargada do público como método para a construção dos consensos indispensáveis.

É preciso reconduzir os valores da dignidade humana ao centro do projecto político europeu, subordinar os progressos nas políticas de defesa e segurança às garantias dos cidadãos e reforçar a coerência entre as políticas de direitos humanos da União, no espaço interno e nas relações entre a União e o Mundo.

Só assim, a Europa promoverá a afirmação dos Direitos Humanos num Mundo globalizado que exige das democracias uma resposta cabal à hegemonia da globalização económica e financeira, à ameaça do terrorismo global, às tentações da guerra preventiva e à degradação que impende sobre valores inscritos na nossa matriz identitária de que são hoje exemplo alarmante, concessões inadmissíveis em sede de garantias do processo penal, “habeas corpus” e condenação da tortura